

# ESTADO E DIREITOS SOCIAIS NA VENEZUELA (1958-1998): DA EXPANSÃO PETROLEIRA AO “DESMANCHE”<sup>1</sup>

Flávio da Silva Mendes<sup>2</sup>

A partir do começo do século XX, quando teve início a exploração de petróleo na Venezuela, esse produto passou a ser um elemento-chave para a consolidação do Estado nacional naquele país. Antes dessa atividade econômica, diversos grupos políticos se mostravam capazes de desestabilizar governos com baixíssimo grau de organização. Com o advento da renda petroleira, o país encontrou as condições necessárias para investir no desenvolvimento de instituições fundamentais à garantia do controle sobre o território nacional, como o Exército. E como a produção petroleira dependia da concessão de licenças para a exploração do subsolo, controladas pelo Estado, este passou de inimigo a objeto de desejo daquelas oligarquias. Sob tais condições, o general Juan Vicente Gómez logrou promover a estruturação das bases do Estado nacional venezuelano, à frente de uma ditadura que durou de 1908 a 1935<sup>3</sup>.

Assim como foi fundamental naquele momento, o petróleo continuaria importante no período democrático venezuelano, iniciado em 1958, após a derrota de outra ditadura, liderada pelo general Marcos Pérez Jiménez. Inaugurada em 23 de janeiro de 1958, a democracia representativa foi resultado da ação conjunta de setores insatisfeitos do Exército e de organizações civis, com destaque para os partidos social-democratas Ação Democrática (AD) e União Republicana Democrática (URD), aliados ao Comitê de Política Eleitoral Independente (Copei), de perfil democrata-cristão, e ao Partido Comunista da Venezuela (PCV). Ainda naquele ano, as três primeiras organizações conformaram o *Pacto de Punto Fijo*, por intermédio do qual estabeleceram as bases programáticas do novo regime e regras para a alternância no poder. O PCV, excluído do acordo, acabaria protagonizando a luta armada no país ao longo dos anos 1960<sup>4</sup>.

O programa econômico de Rômulo Betancourt, da AD, primeiro presidente eleito durante a democracia de *Punto Fijo*, continha a meta de transformar a renda petroleira em investimento estratégico. O plano baseava-se numa ideia fundamental: “semear o petróleo”, o que se traduzia, sobretudo, na promoção da substituição de importações. Esse processo estaria pautado pelo capital estatal, por um lado, e pelo investimento estrangeiro, por outro. Seguindo a lógica desenvolvimentista que delimitava o plano econômico, o Estado investiria na indústria de base: petroquímica, siderúrgica, alumínio e hidrelétricas. O investimento estrangeiro estaria concentrado na produção de bens para o consumo, como automóveis e têxteis.

Embora tenha mostrado resultados positivos, logo nos primeiros anos o modelo revelava alguns limites estruturais: a dependência dupla em relação ao Estado e ao investimento estrangeiro deixava a economia permanentemente sujeita a grandes oscilações. No início da década de 1960, por exemplo, uma política do governo estadunidense de restringir a importação de petróleo gerou uma queda significativa na riqueza nacional venezuelana, obrigando o país a uma contenção nos investimentos. Em contrapartida, a demanda por programas sociais mais amplos era crescente, não só em decorrência do espírito democrático vinculado ao movimento que derrotou a ditadura, em 1958, mas também porque a migração de camponeses para as cidades não foi revertida pela Lei de Reforma Agrária, outro plano promovido por Betancourt com a intenção de modernizar as relações de produção no campo. O agravamento dessas contradições poderia pôr em risco a jovem democracia.

Outro dilema afetaria o programa desenvolvimentista venezuelano no longo prazo: a abundância de petróleo no país, o custo relativamente baixo de sua exploração e o alto preço internacional tornavam vantajoso aplicar a renda petroleira na importação de produtos manufaturados, prontos para o consumo.

Entretanto, essa estrutura rentista impunha limites sérios ao plano de substituição de importações, um dos pilares do programa desenvolvimentista. Consequentemente, embora a produção industrial e agrícola aumentasse graças ao incentivo estatal, a dependência em relação ao petróleo não era rompida.

## O breve *welfare* petrolero

Ao longo da década de 1960, durante as presidências de Raúl Leoni (AD, 1964-1969) e Rafael Caldera (Copei, 1969-1974), essa tensão foi uma constante na vida econômica do país. O impasse entre as saídas rentista e desenvolvimentista resolveu-se temporariamente em 1973, quando o preço do barril do petróleo disparou no mercado mundial, aumentando até 300% em poucos meses. O efeito dessa mudança na economia venezuelana foi enorme: a grande quantidade de dinheiro que inundou o Estado criou a impressão de que o país detinha a riqueza necessária para realizar o sonho do desenvolvimento. No mesmo período, Carlos Andrés Pérez (AD) foi eleito presidente (1974-1979). Em sua campanha, apresentou-se como “*el hombre con energía*”, capaz de construir a “Grande Venezuela”.

A euforia em torno do petróleo criava a expectativa de que o país finalmente poderia terminar o processo iniciado por Simón Bolívar em 1821: tratava-se da “segunda independência”<sup>5</sup>. A riqueza petrolífera dava a impressão de que agora o destino da nação estava sob controle. Além da garantia de estabilidade econômica, a possibilidade de construir uma rede de proteção social sem a contrapartida de uma elevada carga fiscal indicava que o pacto social estabelecido em 1958 não encontraria opositores poderosos. De fato, a “Grande Venezuela” permaneceria na memória da população por algum tempo. Durante aqueles anos, os setores médios da sociedade alcançaram níveis de consumo inimagináveis para um país que sempre foi visto como atrasado. As compras em Miami eram um sonho realizável graças a uma moeda valorizada em relação ao dólar. As classes populares, embora permanecessem distantes desse padrão de vida, usufruíam de serviços públicos com certa abrangência e tinham motivos para acreditar na possibilidade de ascensão social. Os empresários desfrutavam de crédito e incentivo para produzir, ainda sob a meta da substituição de importações. Por fim, os políticos assumiram a corrupção como uma prática cotidiana, aberta e geralmente aceita.

Poucos se preocupavam em apontar para as debilidades desse modelo de desenvolvimento. Os partidos de esquerda praticamente inexistiam após a luta armada, período no qual sofreram divisões importantes. A revisão da tese da revolução pelas armas levou, na maioria dos casos, a uma aceitação cega do caminho das urnas<sup>6</sup>. Era complicado criticar um Estado que agradava

a todos, logo era difícil colocar em pauta outro modelo de desenvolvimento econômico e de sociedade. Havia, mais do que nunca, um amplo consenso. Essa conjuntura permitiu ao Estado elevar trabalhadores e empresários ao *status* de parceiros, por meio de uma comissão tripartite responsável por planejar o desenvolvimento e legitimar as políticas estatais. Os trabalhadores eram representados pela Confederação de Trabalhadores de Venezuela (CTV), central sindical amplamente dominada pela AD. Já os empresários organizavam-se no âmbito da Federação de Câmaras e Associações de Comércio e Produção (Fedecamaras), entidade que desde 1958 emprestava seu apoio ao governo.

O período da “Grande Venezuela” mudou a forma pela qual a sociedade enxergava a si mesma, em vários sentidos: primeiro, construiu-se a imagem de que havia no país uma vocação natural para a democracia, para o consenso e para a paz, revelada em 1958 e que nunca mais desapareceria. Em segundo lugar, o elevado nível de consumo foi considerado como a plena realização da cidadania e da utopia democrática. E, por último, ampliou-se a noção de que o Estado era o responsável pelo bem-estar social e tinha uma capacidade mágica de garanti-la, pois sua estrutura não exigia pagamento de impostos elevados ou qualquer outra forma de sacrifício econômico. Ou seja: o esquecimento da relação de dependência em relação ao petróleo chegou ao seu mais alto nível. Esse conjunto de crenças é central para entender a atitude de diversos setores da sociedade na década de 1980, quando por uma combinação de fatores o Estado não se mostrou mais capaz de cumprir aquilo que era visto como seu dever, provocando, assim, a ruína da imagem que o venezuelano construía do país. A corrupção endêmica, que no período de abundância era considerada um fenômeno banal, se tornou o eixo central da construção da chamada *antipolítica*, que ganhou força nos anos de crise.

A produção de petróleo na Venezuela foi reestruturada nos anos de Pérez com a criação da estatal Petróleos de Venezuela (PDVSA), em 1976. Almejava-se realizar a nacionalização da exploração do produto, colocando-a definitivamente nas mãos do Estado, e exercer maior controle sobre as oscilações de preço que pudessem ter origens internas. A nova empresa deveria estar submetida ao Ministério de Minas e Energia, que exerceria o controle sobre as estratégias de produção, sempre com o objetivo de conservar o elevado preço em ação conjunta com outros membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep). Essa política, aparentemente ousada, mais uma vez apoiada num ideal nacional-desenvolvimentista, encontraria limites na estratégia de consenso conservador que regia a democracia na Venezuela: para não gerar grandes abalos na economia, a nacionalização deveria ser relativizada, permitindo que importantes multinacionais petroleiras permanecessem no país e participassem da nova estatal como filiais. Na prática, a

estratégia dessas empresas exerceu cada vez maior domínio sobre os rumos da PDVSA, cujo controle já escapava do Estado<sup>7</sup>. Os funcionários da estatal recebiam salários muito acima da média nacional, seguiam padrões técnicos de produção visando à maximização do lucro e desdenhavam da política de controle de preço por cotas de produção.

Porém, ao término do mandato de Pérez, em 1979, era possível notar os primeiros sinais da grave crise que se avizinhava. Internamente, estava cada vez mais difícil sustentar os compromissos sociais do Estado e a manutenção de uma máquina burocrática inchada e corrupta, ainda que o preço do petróleo atravessasse um novo período de alta até 1981. O modelo de substituição de importações, sempre prejudicado pela estrutura rentista, também dava sinais de declínio. No cenário internacional, começava a desaceleração do crescimento econômico: era o fim dos anos dourados da expansão capitalista, surpreendentes, sobretudo, na América Latina. Recessões desse tipo – que escapam do controle dos governos nacionais – costumam reduzir a demanda por petróleo e, conseqüentemente, empurram para baixo seu preço. Essa conjuntura obrigava o país a seguir a política da Opep, que visava ao controle da produção e à manutenção do preço do petróleo a níveis sustentáveis para as economias nacionais. Porém, a essa altura, os interesses que regiam a produção petrolífera não eram mais públicos. Assim, a estratégia defendida pela PDVSA entrou em choque com a adotada pela maioria dos membros da Opep: no caso da estatal venezuelana, a meta era aumentar a produção, conquistar fatias do mercado e reduzir prejuízos, algo que apenas beneficiaria as empresas privadas que a controlavam.

A crise que afetava grande parte do mundo após 1973 demorou a chegar à Venezuela graças à alta do preço do petróleo e ao nível elevado das reservas internacionais. Durante a década de 1970, foi possível empurrar a dívida externa com renegociações e manter a aposta no modelo de substituição de importações que os países vizinhos já abandonavam. A Venezuela parecia ser capaz de seguir na contramão da crise. Essa esperança acabou de vez em 18 de fevereiro de 1983, data que ficou conhecida como “*Viernes Negro*” (sexta-feira negra). Nesse dia, em resposta à imensa fuga de capitais e ao baixo preço do petróleo, o presidente Luis Herrera Campíns (Copei, 1979-1984) viu-se obrigado a desvalorizar a moeda nacional, aumentar o preço da gasolina para o mercado interno, iniciar o combate à estrutura burocrática do Estado e reduzir programas sociais. Esse conjunto de medidas afetava toda a sociedade, ao restringir o poder de consumo dos setores altos e médios e, o mais grave, diminuir a rede de programas sociais dos quais dependia a imensa maioria da população. Não por acaso, um texto na imprensa decretava: “a festa acabou”<sup>8</sup>.

A chegada avassaladora da crise começou a gerar questionamentos entre todos os setores da sociedade, que buscavam explicações para a falência de um modelo no qual se havia depositado tanta esperança. O desenvolvimento parecia estar definitivamente na agenda graças à capacidade quase mágica que o Estado tinha de transformar petróleo em variados produtos e serviços públicos. O imenso consenso que imperava no governo parecia ter quebrado a capacidade de autocrítica do sistema político, que caminhou em direção ao abismo. Para a imprensa, empresários, classes médias e baixas, a corrupção e o inchaço das funções do Estado apareceram como únicas explicações razoáveis para a crise. A frágil hegemonia forjada na década anterior desmoronava. Nesse ponto, o remédio sugerido era o mesmo receitado para os demais países em desenvolvimento e endividados: cortar gastos e renegociar suas dívidas. Não havia na sociedade venezuelana qualquer outra receita com tanto peso. Sobretudo, não havia nenhuma crítica mais contundente ao modelo econômico, que poderia partir de organizações de esquerda, àquela altura ainda sofrendo os efeitos da incapacidade de dar respostas e de pautarem um projeto alternativo e radical. Sem força, essa crítica acabou ineficaz e pouco abrangente.

A noção de populismo ganhou espaço para classificar aquele processo. Afinal, depois de tantas idas e vindas, a sociedade venezuelana encontrava o mesmo fim de seus vizinhos latino-americanos, nos quais a política apoiava-se ainda em ditaduras ou líderes caricatos, ou seja, tudo o que se imaginava como o oposto da democracia. Numa interpretação que se tornou conhecida, Aníbal Romero afirmava que a crise revelou a “miséria do populismo”: todo o período democrático se resumia a uma “democracia populista de conciliação” apoiada na renda petrolífera. Quando esta se desfez, o sistema político entrou em parafuso. Logo, a falência da democracia na Venezuela era algo quase inevitável, assim como nos países vizinhos, pois a política no continente permaneceria sempre dividida entre a obrigação de poupar para investir, de um lado, e redistribuir a renda para acalmar as classes populares, de outro. Como, a partir de seu ponto de vista, sem desenvolvimento econômico não era possível esperar o desenvolvimento político, Romero acreditava não haver saída para a crise<sup>9</sup>.

Pautados por paradigmas semelhantes, mas invertendo a equação das determinações entre política e economia, alguns especialistas apontaram para a necessidade de reformar o sistema político venezuelano e, assim, restabelecer a legitimidade perdida pelas instituições republicanas. Com esse objetivo, foi criada a Comissão para a Reforma do Estado (Copre), em 1984. Entre os 35 membros nomeados pelo presidente para compô-la, havia “políticos, líderes sindicais, tecnocratas, empresários, sacerdotes, militares (ativos e na reserva),

professores universitários e outros intelectuais etc.”<sup>10</sup>. Apesar de abarcar vários partidos, a comissão representava o amplo consenso que havia quanto à necessidade de se manter aquele modelo de democracia. A polêmica interna era impulsionada por uma visão tecnocrática da política, que reivindicava maior espaço para a racionalidade e a austeridade no Estado. Essa discussão afetou os grupos políticos e gerou crise nos principais partidos<sup>11</sup>.

Entre os diversos setores que exerceram influência na mudança de rumos do Estado venezuelano, o Grupo Roraima, constituído por empresários, era um dos mais expressivos e organizados. Em dois amplos documentos, o Grupo apresentou seu projeto político para o país, baseado em diversos dados detalhadamente expostos em gráficos e tabelas. A retomada do desenvolvimento aparecia ali como a consequência natural da aplicação de um remédio correto, o mesmo que constava da agenda de diversos países. Embora se apresentasse como um conjunto de procedimentos técnicos racionais, o programa tinha fundamento político, como a introdução abaixo revela:

Os princípios que regem os eventos econômicos tendem a ser leis naturais, regem tanto para o setor público quanto para o setor privado, para os países capitalistas e para os socialistas, não podem ser nacionalizados e não se modificam diante do resultado das eleições. [...] A decisão nacional de fortalecer o sistema democrático assinala-nos a necessidade de desenvolver um sistema integral de liberdades, *já que só garantindo a liberdade econômica se pode preservar a liberdade política*. Esta é uma correlação fundamental, onde há democracia e liberdade há também alguma forma de economia de mercado. [...] O país requer nesta etapa uma nova mentalidade: os distintos setores devem converter-se em sócios para a realização do desenvolvimento; para a criação de um novo aparato produtor, público e privado, eficiente e independente, sadiamente financiado e gerenciado pelos inúmeros profissionais e técnicos que estão preparados e dispostos a serem úteis ao país<sup>12</sup>.

Fica evidente e é indiscutível a filiação ao neoliberalismo do programa acima: a afirmação do imperativo das leis econômicas e de sua autonomia diante da política, a defesa dos técnicos e profissionais gestores e o argumento da relação indissociável entre democracia liberal e crescimento econômico. O que há de específico nesse programa é a conjuntura na qual ele foi escrito: um país no qual o Estado sempre exercera papel central e onde, portanto, havia uma esperança difundida, ao menos entre os setores populares, de que ele não poderia abandonar suas obrigações. Mas não havia nenhum modo de expressão pública organizada dessa demanda, ofuscada por discursos como esse do Grupo Roraima que se difundiam rapidamente pela imprensa e conta-

giavam a todos. Porém, ela permanecia viva, algo que se revelava nos protestos populares, que ganhavam mais força, e nas eleições, ao menos enquanto a crença no sistema político persistia.

O sociólogo venezuelano Edgardo Lander<sup>13</sup> me falou dessa “cultura de direitos” como um diferencial naquele país, fruto do período democrático em que o Estado assumiu responsabilidades diante da sociedade, ao mesmo tempo em que mantinha inalterada a distribuição desigual da renda. Essa cultura era uma construção longa que remontava ao 23 de janeiro de 1958. Logo, era indissociável daquele sistema político e daqueles partidos, assim como da conservação da dominação burguesa no país. Essa coexistência entre um discurso liberal cada vez mais forte e uma cultura de direitos difícil de romper obrigou os políticos tradicionais a adotarem uma postura permanentemente ambígua<sup>14</sup>.

Durante seu governo, Jaime Lusinchi, da AD (1984-1989), tentou manter o equilíbrio entre esses projetos político-econômicos antagônicos: sustentava-se ainda a crença no desenvolvimento baseado na renda petrolífera, cada vez menor, o que impulsionava o crescimento da dívida externa, cujo pagamento era prioridade. O sistema político via-se sob ameaça crescente: em 1988, os níveis de inflação de quase 30%, a desvalorização da moeda e as altas taxas de desemprego eram as expressões numéricas de uma bomba-relógio prestes a explodir. O candidato à presidência da AD deveria ser alguém capaz de restabelecer, primeiramente, a confiança do povo venezuelano em que dias melhores estavam por vir. O melhor nome parecia ser o de Carlos Andrés Pérez, que havia governado o país nos tempos da “Grande Venezuela”.

Durante a campanha, Pérez buscou reativar o mito do progresso, corroído ao longo dos anos 1980. Ofereceu novamente a “grande nação” à população, como se nada tivesse acontecido naquela década, ou como se a iminente falência fosse fruto da incapacidade dos governantes anteriores. Apelou, portanto, ao último fio de esperança que ligava a grande maioria da população àquele regime democrático. Seu plano de governo tinha um sugestivo título: *Ação de governo para uma Venezuela moderna*. Em suas páginas podia-se ver com enorme nitidez a ambiguidade que movia a política nacional: as promessas de retorno ao paraíso eram sucedidas por pedidos de austeridade e controle dos gastos públicos, ou seja, buscava-se agradar a todos, como se a manutenção do pacto social e a retomada do consenso fossem possíveis graças a um bem montado jogo de frases. No papel, enquanto promessa, essa tática deu certo: Pérez foi eleito presidente com tranquilidade e assumiu o cargo em fevereiro de 1989. No final daquele mês, após anunciar um pacote econômico ortodoxo, ninguém mais acreditava no que ele prometera.

Em 2 de maio de 1988, pouco menos de um ano antes do anúncio do pacote econômico de Carlos Andrés Pérez, ocorreu em Caracas o seminário

“América Latina na economia mundial”. Naquela ocasião, a grande pergunta que guiou a exposição de Michael Camdessus, diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), foi: é possível para a América Latina crescer e pagar a dívida? Sim, mas não sem sacrifícios:

Seria ilusório esperar que se leve a cabo a necessária reestruturação dos recursos sem que se veja afetada a distribuição da renda e sem que ocorram diminuições transitórias no produto de alguns setores. Mas ainda mais ilusório seria procurar a recuperação de um crescimento duradouro *sem* esse ajuste. Em sua tarefa difícil e, eu diria, às vezes heroica, os governos não devem permitir que uma perspectiva de muito curto prazo os pressione e interesses particulares os impeçam de ver as perspectivas mais amplas que, por meio desse esforço, lhes oferece o crescimento. Mais ainda, devem armar-se de resolução para pôr em marcha e aplicar com perseverança esses programas imprescindíveis. Vejo com grande apreço que vários governos o fazem. Isso sim acende alguma luz no fim do túnel!<sup>15</sup>

Camdessus tinha consciência do impacto que a agenda de mudanças econômicas proposta pelo FMI traria para os países que a aceitassem. Para ele, a postura dos governos deveria ser dura para conter as vozes dissonantes e realizar a poupança necessária à garantia do pagamento futuro da dívida e ao estabelecimento de um Estado mais *light*, dinâmico e eficiente, que deixasse a economia seguir seu caminho sem se opor. É muito provável que um ou mais técnicos que futuramente viriam a compor o gabinete de Carlos Andrés Pérez tenham tomado nota, pois, como veremos, ele seguiu à risca as instruções, ao aplicar a agenda de ajustes econômicos sem abrir mão do uso da força, que voltaria a pautar o cotidiano do país. Podemos dizer, parafraseando Camdessus, que Pérez não teve receio de apagar as luzes do túnel e gerar o caos para que um inalcançável feixe de luz no final do percurso permanecesse brilhando.

## *El Caracazo*

O pacote econômico, batizado de *El Gran Viraje*, foi anunciado por Pérez no dia 16 de fevereiro de 1989, duas semanas após uma cerimônia de posse que, de tão luxuosa, ficou conhecida como “coroação”. Em seu discurso, o presidente afirmou que as medidas a serem aplicadas eram inadiáveis diante da crise pela qual passava a sociedade. Disse que naquele momento seriam necessários sacrifícios por parte de todos os setores da população, que sofreriam os efeitos imediatos de algumas ações, como o aumento dos preços de combustíveis. No longo prazo, porém, o presidente prometia a volta ao

crescimento<sup>16</sup>. O pacote, que era uma exigência do FMI para conceder um empréstimo de US\$ 4,5 bilhões ao país, tinha um conteúdo em boa parte desconhecido pela sociedade. Seus objetivos estavam resumidos numa *Carta de Intenção* apresentada ao FMI e que, até então, não fora revelada para o debate público:

As políticas de médio prazo que o Governo da Venezuela desenhou têm como objetivos fundamentais: a) fortalecer a poupança interna; b) promover a entrada de capital estrangeiro; e c) diversificar a economia através de um processo de ajuste e liberalização que permita reduzir os desequilíbrios macroeconômicos, aumentar a eficiência econômica e reforçar a estratégia de desenvolvimento para o mercado externo. Para alcançar esses objetivos, as autoridades iniciarão um amplo programa que contempla reformas cambiais e comerciais, desde regulação financeira, redução dos controles de preços e melhorias na gestão fiscal. Espera-se que tais políticas promovam, em médio prazo, uma forte expansão no investimento do setor privado e permitam alcançar um crescimento econômico amparado em termos reais entre 4% e 5% para o setor petrolífero, logo que se conclua a fase de transição de aproximadamente dois anos<sup>17</sup>.

Mais adiante, o documento detalhava as medidas macroeconômicas que seriam executadas. Em primeiro lugar, aparecia o compromisso de suspender o controle sobre o câmbio e, logo em seguida, eram expostas as mudanças que afetavam mais diretamente a maioria da população: a reestruturação do sistema de controle de preços, que passava a abranger 25 produtos e serviços essenciais, incluindo alimentos, medicamentos e transporte. Na prática, o controle seria reduzido. Dessa cesta, sete produtos (farinha de milho, arroz, massas, sardinhas, leite em pó, rações para animais e fertilizantes) teriam subsídios progressivamente eliminados até 1991. O valor do petróleo no mercado interno seria continuamente aumentado até atingir os níveis praticados internacionalmente. De imediato, foi aplicado um reajuste de quase 100%, que afetou os preços de seus derivados e, conseqüentemente, os custos do transporte. Para o início de 1990, estava prevista uma nova alta de, em média, 70%. A mesma lógica era aplicada ao preço de mercadorias produzidas por empresas estatais, como o alumínio, que sofreria um aumento de 40% no mercado interno até o final de 1989. Estava prevista a privatização de empresas responsáveis pela coleta de lixo e distribuição de água. Os serviços oferecidos pelo Estado, como eletricidade e telefonia, também sofreriam ajustes de 50% até o final daquele ano. Apesar desses reajustes e do inevitável aumento no preço de produtos de primeira necessidade, o governo estava disposto a exercer um rígido controle sobre os salários:

O governo seguirá uma política salarial prudente, que contribua para fortalecer a competitividade, elevar o nível de emprego e reduzir as pressões inflacionárias. Em 1989, a política governamental foi desenhada para compensar *parcialmente* a forte queda nos níveis do salário real que se produziram durante os últimos três anos e conter o impacto dos ajustes de preços derivados das reformas cambiais e comerciais descritas<sup>18</sup>.

O alcance parcial da política salarial era nítido: o reajuste variava de 30% até 50%, conforme a renda; abrangia, sobretudo, funcionários públicos; e seria aplicado de uma só vez, no mês de março. O governo assumiu o compromisso de congelar os salários até o final de 1989 e oferecer o chamado “salário social” como contrapartida aos trabalhadores de baixa renda, ou seja, melhorar a qualidade e a abrangência dos serviços públicos básicos. Essa meta entrava em choque com a política de redução de gastos, que era a espinha dorsal do pacote, e, portanto, não poderia ser alcançada. A combinação entre reajuste e liberação de preços, diminuição dos serviços públicos fundamentais e rigidez salarial afetou, como é possível imaginar, a ampla maioria da população venezuelana, que já assistia, ao longo dos anos 1980, à queda de seu poder aquisitivo e à deterioração da qualidade de vida.

Os rumores sobre o pacote foram o estopim para o caos: a especulação sobre mudanças nos preços de algumas mercadorias incentivou comerciantes a retirarem produtos de primeira necessidade de circulação. Em entrevista a mim, Ali Verenzuela<sup>19</sup>, que hoje trabalha numa rádio comunitária na periferia de Caracas, relatou que era comum durante a crise que donas de casa observassem a chegada de mercadorias aos estabelecimentos comerciais e respondessem com saques sempre que notavam que esses produtos não eram colocados nas prateleiras. Com o passar do tempo, esse procedimento se tornou uma forma difundida de protesto. Em condições normais, os consumidores enfrentavam filas:

Longas filas originaram ontem compras nervosas de farinha de milho pré-cozida<sup>20</sup>, açúcar e leite em pó nos mercados populares. A incerteza em torno dos próximos reajustes e da liberação de preços criaram tais expectativas entre os consumidores, que alguns pequenos mercados se viram obrigados a fechar<sup>21</sup>.

Com base em outro relato semelhante, podemos ter uma ideia da gravidade da situação:

Desde as quatro da manhã, um caminhão carregado com 700 caixas de leite popular chegou ao mercado de Caño Amarillo. [...] Havia duas filas que,

segundo explicavam, uma era para vendedores do mesmo mercado e outra “para os demais”. A de vendedores era pequena. “A dos demais” alcançava cerca de meio quilômetro. [...] A dos vendedores tinha, de fato, vendedores do mercado, mas também senhoras queixosas que afirmavam que sua filhinha ardia em febre, jovens bonitas e simpáticas, senhores que falavam com os policiais... Na fila “dos demais” estavam, de fato, os que chegaram desde muito cedo e viam que a fila não se movia por nada no mundo<sup>22</sup>.

Após o anúncio do pacote, a especulação aumentou, assim como a insatisfação da população. Naquela conjuntura, qualquer novo fato poderia ser o motivo para uma explosão. Foi o que ocorreu no final daquele mês (fevereiro de 1989): em consequência do aumento de 100% no preço do combustível, o governo autorizou o ajuste de 30% no valor das passagens do transporte coletivo. Esse número foi anunciado nos jornais de domingo, dia 26. Na manhã do dia seguinte, porém, os usuários encontraram motoristas cobrando um valor que correspondia ao dobro do praticado na semana anterior. Logo surgiram os primeiros conflitos entre passageiros e motoristas, sobretudo nos terminais de ônibus das cidades nos arredores de Caracas, de onde muitos trabalhadores partem bem cedo para trabalhar. Rapidamente, as notícias dos protestos se espalharam e a insatisfação chegou a várias cidades do país, mas, sobretudo, à capital<sup>23</sup>.

O terminal de Nuevo Circo era o ponto de chegada dos coletivos e, naquele dia, tornou-se o local de encontro de milhares de pessoas insatisfeitas. Estudantes universitários se reuniram ali e contribuíram para que o ato extrapolasse a pauta dos transportes e se voltasse para o conjunto de medidas econômicas. Camelôs, trabalhadores do terminal e passageiros se uniram. As pessoas se dirigiram à avenida Bolívar, uma das mais importantes da capital e um dos símbolos dos bons tempos, onde iniciaram barricadas e saques. Em outros pontos da cidade ocorriam fatos semelhantes. Aqueles primeiros atos não encontraram oposição das forças policiais, que em alguns casos se uniam à multidão.

Em cada ponto tomado por protestos surgiam carros em chamas, atravessados nas pistas. Apesar de a polícia ainda não ter iniciado a forte repressão que se veria mais tarde, algumas mortes por armas de fogo já ocorriam em alguns pontos da cidade, acredita-se que como resultado de confrontos entre comerciantes e saqueadores. A violência tornou-se generalizada no final da tarde:

Tudo começou nos arredores de Nuevo Circo [terminal de ônibus], quando os usuários da rota Caracas-Guarenas-Guatire souberam das novas tarifas que desejavam impor os motoristas, muito mais altas do que as aprovadas pelo governo. [...] A princípio, eram umas duzentas pessoas. Logo foram se aglo-

merando muitas mais, que gritavam palavras de ordem contra os aumentos generalizados de preços e tarifas em todos os produtos, bens e serviços públicos e privados. [...] No lugar [avenida Bolívar] atravessaram vários ônibus, enquanto a Polícia Metropolitana se mantinha passiva. [...] Inclusive houve agentes que se mostraram compreensivos e até de acordo com o protesto, “porque a medida também nos afeta”. [...] À medida que entardecia, continuava aumentando o número de pessoas que saíam de suas casas espontaneamente para protestar. *Um homem idoso aprovou as ações e comentou que desde os anos 60 não se via algo parecido na capital.* [...] a violência se tornou mais crítica nas últimas horas da tarde, quando ao que parece a Polícia Metropolitana recebeu instruções de reprimir com a força. [...] À noite, numerosas colunas de fumaça se levantaram na cidade, as pessoas caminhavam para suas casas (o transporte público foi suspenso e até o metrô fechou as portas): escutavam-se disparos ao mesmo tempo em que proliferavam os saques a comércios e caminhões<sup>24</sup>.

Ao anoitecer, as pessoas voltavam para suas casas na periferia da grande Caracas e eram acompanhadas pela violência. Os jornais deram maior ênfase ao que ocorreu na área central da capital, mas em entrevistas e conversas pessoas me relataram que nos bairros distantes do centro a violência era maior, sobretudo durante a noite, e fazia parte do cotidiano durante um longo período.

O presidente Pérez não estava no palácio de Miraflores, na capital, no dia 27. Só chegaria ali na manhã do dia seguinte, uma terça-feira, quando os protestos tinham ganhado mais força. Em seu discurso, reafirmou a necessidade de tranquilidade; ao mesmo tempo, ordenou a saída às ruas do Exército para controlar a situação e decretou toque de recolher a partir das seis da tarde. No dia seguinte, os jornais explicaram a situação:

Desde ontem, e até novo aviso, ninguém poderá transitar depois das seis da tarde; qualquer lar poderá ser alvo de buscas; a liberdade de expressão fica sujeita ao controle por parte do Estado; as pessoas não poderão se reunir nem manifestar; e poderão ser detidas as pessoas que descumpram algumas dessas obrigações, ainda que não estejam qualificadas como delitos<sup>25</sup>.

De um dia para outro, uma democracia exemplar havia se convertido numa feroz ditadura. A participação do Exército, despreparado para enfrentar situações como aquela, aumentou a violência. Soldados disparavam a esmo contra multidões e invadiam residências em busca de mercadorias roubadas durante os saques. Em bairros populares, atiradores do alto de prédios res-

pondiam. Cada ponto da cidade havia se tornado inseguro. A imagem do caos causava perplexidade naqueles que viam o país como um reduto democrático:

Incêndios, tiros, saques generalizados, feridos, mortos, bombas de gás lacrimogêneo e certa tolerância da polícia – que inclusive participou dos roubos massivos – deram à capital venezuelana um aspecto de cidade em guerra que ninguém teria imaginado 22 dias atrás, quando as agências internacionais só se referiam à transmissão do poder e classificavam este vale como “centro da democracia mundial”<sup>26</sup>.

Na quarta-feira, a situação ainda parecia fora de controle. O grande número de feridos e vítimas fatais levava os sistemas públicos de saúde ao colapso. Especulava-se, já naquele dia, que o conflito tinha vitimado 200 pessoas, deixando mais de 1000 feridas. Mas não havia mais condições de contar os mortos:

Ontem, apesar da suspensão de garantias e do toque de recolher, registraram-se novos saques em Petare, Catia, 23 de Enero, El Cementerio, San Bernardino, San Martín, Prado de Maria, Lomas de Urdaneta, Lidice e El Guarataro. O necrotério foi declarado em emergência, pois seus espaços resultaram insuficientes para atender os casos e praticar as autópsias e identificações. Os hospitais estão declarados em emergência diante do número de feridos que ingressaram durante as últimas 72 horas. A polícia e a Guarda Nacional efetuaram numerosas buscas e localizaram mercadorias roubadas em saques. Os culpados foram passados ao governo de Caracas para sancioná-los com a *Ley de Vagos y Maleantes*<sup>27</sup>. O toque de recolher começou às 6 da tarde e a cidade ficou desolada. Na zona central se escutaram disparos de armas pesadas. As compras nos poucos supermercados e padarias que não foram saqueados fizeram-se sob estrito controle militar, restringindo a entrada dos consumidores e racionando os produtos. A situação tende a se normalizar<sup>28</sup>.

Os jornais ao longo de toda aquela semana dedicaram-se aos fatos de violência que tomaram a capital. Diversos relatos pessoais tornavam mais nítido o estado crítico que se havia atingido: muitos se queixavam de terem sido obrigados a dormir no chão de seus apartamentos para escapar de tiros que atingiam as fachadas dos prédios. Algumas pessoas relatavam a morte de familiares dentro de suas casas, vitimados por balas perdidas. Outras não encontravam informações sobre desaparecidos em hospitais ou no necrotério. O longo relato abaixo, de um jornalista de *El Nacional*, revela a situação nos bairros periféricos de Caracas:

Desde que entrei na estação Capitólio do metrô [região central], poucos minutos antes das cinco da tarde, comecei a considerar a possibilidade de voltar a *El Nacional* em virtude dos comentários nada tranquilizadores que escutei sobre a situação no 23 de Enero [bairro popular cujo nome é homenagem à queda de Pérez Jiménez]. Pouco depois veria tristemente confirmados meus temores. Desde a chegada a Agua Salud [estação de metrô na zona oeste] me dei conta de que havia entrado, sem possibilidade de regresso, em um campo de batalhas feroz, terrivelmente real, com profusão de disparos que “matam de verdade”, cadáveres caídos nos corredores, calçadas e estacionamentos. Um funcionário do metrô conduziu o grupo de usuários por uma porta de emergência, advertindo para que nos mantivéssemos agachados e corrêssomos, porque havia franco-atiradores disparando dos edifícios do 23 de Enero (inclusive daquele em que vivo!) contra a estação. A princípio, a ordem foi acatada, mas ao começarem os ruídos dos tiros o pânico se apoderou de todos e a massa de gente se pôs a correr desprotegida. [...] Já protegido atrás de uma banca de revistas, abria-se diante de mim um panorama desolador: a única via de acesso ao edifício era precisamente a “terra de ninguém” entre franco-atiradores civis e militares. Passar por ali seria suicida. Por outro lado, o toque de recolher estava a minutos de começar e, ainda que não fosse assim, só poderia regressar ao jornal caminhando, o que implicava percorrer muitos quarteirões de intenso tiroteio [...]. Uma vez localizada a rota, só me restou começar a correr. Corri com desespero, sem sentir o mínimo cansaço e olhando em todas as direções onde vislumbrava o cano preto de uma arma apontada contra mim e a ponto de disparar [...]. À minha esquerda, em um estacionamento próximo, vi de relance um corpo caído. Logo me inteiraria de que era o de uma moça morta durante a manhã. Seu corpo não pôde ser resgatado devido aos franco-atiradores<sup>29</sup>.

No mesmo dia, um pouco mais cedo, o presidente havia sobrevoado a região para ter um panorama da situação, que para ele era o resultado da pressão de forças subversivas:

A bordo de um helicóptero, o presidente da república, Carlos Andrés Pérez, cruzou ontem ao meio-dia o céu de Caracas para observar o saldo de três dias de batalha campal que se encenaram na área metropolitana. E, como declarou antes de embarcar no helicóptero, reiterou em sua chegada, meia hora depois: o que em princípio foi um justo protesto popular pela crise econômica, transformou-se em alterações da ordem pública induzidas pelo que chamou “uma mescla de delinquência com traços fantasmagóricos de subversão”. Enquanto o dizia, escutavam-se disparos partidos da zona do 23 de Enero<sup>30</sup>.

A situação só se tornaria mais calma, pelo menos na capital, no final daquela semana. Até hoje não se sabe exatamente quantas pessoas foram vítimas da repressão naqueles dias, embora o governo tenha publicado um balanço oficial:

Por outro lado, o ministro da Defesa, Alliegro, se reuniu com os jornalistas para declarar “Não há repressão nem desaparecidos na Venezuela” e enfatizava: “Na Venezuela não há desaparecidos nem um estado repressivo e isto afirmo com plena consciência e com a autoridade moral que me confere ser o comandante geral de umas Forças Armadas que continentalmente e no mundo têm uma tradição libertária e democrática”. Em seguida, dava números oficiais: 247 mortos e 647 feridos em todo o país<sup>31</sup>.

Balanços realizados posteriormente, baseados nas listas do necrotério, contaram 396 vítimas fatais apenas em Caracas. Organizações sociais acreditam que esse número ainda esteja longe da realidade, pois muitos corpos não passaram pelo necrotério e permanecem desaparecidos. Havia rumores de que centenas de vítimas foram secretamente sepultadas em valas comuns, como uma encontrada no Cemitério do Sul, na capital, com 68 corpos em sacos de lixo<sup>32</sup>. A maioria das vítimas foi atingida por armas de fogo, em geral apenas um disparo, localizado na cabeça ou no tórax, indicando atos de execução<sup>33</sup>.

Os acontecimentos surpreenderam a todos. No governo, Pérez deparava-se com o isolamento construído por partidos aliados e membros da AD. E o presidente não sabia como explicar o que acontecia, talvez por acreditar demais nas promessas que ele mesmo fizera durante a campanha. Primeiro, afirmou: “A explosão social ‘foi uma ação dos pobres contra os ricos, e não contra o governo’<sup>34</sup>, num apelo ao discurso que o partido sustentara durante as últimas décadas. Essas palavras desagradaram muitos críticos, que a interpretaram como populistas. Logo, o presidente se corrigiu:

O presidente Carlos Andrés Pérez manifestou que o ocorrido nos últimos dias “não foi uma ação de ricos contra pobres nem de pobres contra pobres. Foi uma violência social que teve como objetivo protestar contra a especulação”<sup>35</sup>.

A carta de intenções ao FMI foi assinada a partir de uma iniciativa do presidente e alguns membros de seu governo, antes mesmo de ser discutida publicamente. Esse fato foi explorado por diversos setores que contribuíram para o isolamento de Pérez. Uma parte da oposição assinalava que o governo havia errado a mão no conteúdo do pacote econômico, que se tornou uma terapia de choque contra a população. Camdessus, em nome do FMI, também

afastou de si qualquer responsabilidade: “Michael Camdessus assinalou que as medidas econômicas que originaram a violência na Venezuela não foram ditadas pelo Fundo”<sup>36</sup>. Algumas pessoas buscaram explicações estranhas para a crise, como Humberto Celli, secretário geral de AD: “a marginalidade imperante que existe na Venezuela provém de outros países latino-americanos e deu aos atos uma forma e uma realização distintas à tradicional conduta que os venezuelanos têm de exigir suas reivindicações”<sup>37</sup>. Em mais uma expressão de ambiguidade, o presidente Pérez escreveu uma carta pública a Camdessus, talvez com o intuito de dividir a culpa:

O senhor [Michael Camdessus] tem razão quando afirma que as medidas que originaram a violência não foram ditadas pelo Fundo, porque o FMI não pode “ditar medidas a um país soberano”. Também a tem quando diz que “no Fundo Monetário Internacional, temos tratado de ajudar as autoridades venezuelanas com assessoramento para desenhar um programa econômico”. Mas estas sinceras expressões suas, que posso avaliar porque tive a grata oportunidade de conhecê-lo e dialogar com o senhor em nosso interessante encontro de Davos – Suíça, no final do mês de janeiro, não tira a verdade da denúncia que fizemos os países em desenvolvimento do mundo inteiro, sobre as injustas condições em que se desenvolvem as relações econômicas mundiais. O Fundo Monetário é a cúpula desse sistema. Suas fórmulas não são objetáveis do ponto de vista técnico e seus objetivos são indubitavelmente sadios. Mas não levam em conta a realidade econômica internacional na qual teriam que se aplicar. É como aplicar o remédio a um doente sem levar em conta suas condições orgânicas e sua capacidade de resistir a elas, e sem a previsão de outras medidas para assegurar sua capacidade de tolerá-las. [...] Essa é a conduta incompreensível, injustificável, das grandes nações que nos dão o exemplo de seus sistemas democráticos e de seu bem-estar, mas nos impedem de imitá-las por sua insensibilidade e incompreensão<sup>38</sup>.

Pouco se produziu nas ciências sociais do país com o intuito de compreender o que havia acontecido. López Maya acredita que a “traição a uma economia moral”, ou seja, à “cultura de direitos” construída durante os bons anos da democracia, foi elemento-chave na origem dos protestos. Mas para a autora o fato central foi a crise das instituições democráticas desenhadas ao longo daquele período, que àquela altura foram incapazes de dar vazão às demandas de modo não violento<sup>39</sup>. Em entrevista a mim, o historiador Agustín Blanco Muñoz<sup>40</sup> também apontou a fraqueza institucional como central. Para ele, porém, a violência não foi algo surgido espontaneamente a partir da forma como se desenharam os fatos, mas a partir de um problema estrutural

da sociedade venezuelana. Acredito que as causas do *Caracazo* devem ser buscadas para além da crise institucional ou da existência de uma violência latente, reativa, prestes a explodir. Nos anos 1980, a combinação entre a descrença nas instituições e a forte recessão econômica deu origem ao que podemos chamar de *crise orgânica*<sup>41</sup>, capaz de revelar o equilíbrio instável que sustentava a dominação burguesa no país.

A imensa rebelião popular que sacudiu a Venezuela em 1989 só pode ser estudada se considerarmos a história da democracia e da dominação burguesa naquele país. Sem compreendermos como se construiu ali a relação entre Estado e classes sociais e, conseqüentemente, o que cada classe esperava da direção política, não podemos entender a reação generalizada da sociedade contra o Estado, cada setor com suas demandas e críticas. A insatisfação dos mais pobres e marginalizados, que não encontrava formas de expressão naquela estrutura, só poderia manifestar-se de modo violento contra o conjunto das regras, atores e instituições da *IV República*<sup>42</sup>. As demais críticas que se fizeram até aquele momento levavam ao mesmo ponto: reformar o Estado e restabelecer a legitimidade daqueles mesmos partidos, a esperança na democracia e no desenvolvimento. Não se imaginava que a crise era algo que atingia toda a sociedade, extrapolava os limites do Estado, e que a descrença generalizada trazia à superfície uma fissura interna que nunca tinha sido corrigida. Essa cegueira diante dos problemas estruturais levou muitos analistas a subestimarem as causas e, portanto, os efeitos do *Caracazo*: se a atividade de grupos subversivos, de delinquentes estrangeiros, a especulação de comerciantes, o aumento das passagens acima do combinado etc., eram as verdadeiras causas, todas conjunturais, a volta à paz era questão de tempo.

Mas o *Caracazo* quebrou o consenso e estimulou novas interpretações, mais profundas, como a do editorial da revista *SIC*, ligada à ala progressista da Igreja, escrito apenas dois meses depois da onda de protestos:

O trauma tem sua causa próxima na especulação e no desabastecimento, mas a causa profunda está na consciência de si que adquiriu o país. Não somos o que dizíamos que éramos e descobrir nosso verdadeiro rosto, o cair da máscara em pedaços, nos produziu incrível inquietação. Éramos uma sociedade classista sem luta de classes (ao menos sem que a luta chegasse a um grau problemático), porque o Estado com a renda petrolífera atuava como colchão social. Não era um segredo para ninguém que o Estado estava inclinado para o lado dos de cima; mas os de baixo se consolavam pensando que de todo modo algo também lhes chegava. [...] [Em 27 de fevereiro] Apareceu o que os bispos latino-americanos reunidos em Medellín em 1968 classificaram como

“colonialismo interno”. Apareceu que uns venezuelanos consideram o resto da sociedade como sua colônia para explorar<sup>43</sup>.

Críticas como essa se tornaram mais comuns após o *Caracazo*. Até então, era fácil acreditar nas aparências de que o espírito democrático se colocaria acima de qualquer necessidade material do povo venezuelano. Partidos de esquerda e organizações menores foram tão surpreendidos quanto a classe dominante e os políticos no poder. Em entrevista, Ana Sofia Viloria<sup>44</sup>, naquela época militante de uma pequena organização chamada Partido Socialista dos Trabalhadores, afirmou que a cegueira também os havia contagiado:

As organizações de esquerda acabaram em roupas de baixo! Não havia uma análise. Porque estávamos uns ocupados com o que se passava na Europa, a queda do socialismo soviético, e outros, diante dessa situação, paralisados, lendo e fazendo propostas pós-modernas, que são absolutamente distanciadas do que as pessoas faziam nas ruas.

Apesar de longas discussões em todos os espaços para tentar compreender a essência daquele fenômeno explosivo, as consequências já podiam ser vistas: a sociedade havia mudado. Os protestos se tornaram algo comum no dia-a-dia do país, grupos de esquerda decidiram reorientar suas estratégias de luta e aproximar-se das demandas e atividades populares. No Exército, a agitação de oficiais opositores também crescia, enquanto os partidos e personalidades políticas do *Pacto de Punto Fijo* estudavam um modo de salvar o sistema.

## Conclusão: o “desmanche”

Apesar da nova conjuntura inaugurada pelo *Caracazo* – marcada pelo crescimento dos protestos populares e pelo surgimento de novos atores políticos – pacotes econômicos como o apresentado por Pérez foram sucessivamente propostos e executados na Venezuela ao longo dos anos 1990. Como o frágil consenso das décadas anteriores estava rompido, os governantes viram-se obrigados a apelar para a força, com o objetivo de garantir a dominação burguesa no país, o que resultava no crescimento da repressão às manifestações. Este foi o tom do governo de Carlos Andrés Pérez até seu afastamento da presidência, em 1993, após um processo de *impeachment* por corrupção que revelava a já profunda ruptura na aliança de partidos que sustentava a democracia de *Punto Fijo*. Não por acaso, Rafael Caldera – ex-presidente e liderança histórica do Copei – seria eleito para novo mandato presidencial no

final daquele ano, após fundar um novo partido (Convergencia) e conquistar a simpatia de setores insatisfeitos com as forças políticas tradicionais.

Ao longo de seu mandato, Caldera teve que lidar com dois grandes desafios: a crise econômica, não revertida pelo pacote de seu antecessor, e a descrença popular na democracia, que resultou no aumento da abstenção nas eleições presidenciais de 18,08% em 1989 para 34,84% em 1999<sup>45</sup>. Embora as promessas de campanha indicassem uma mudança de rumos – inclusive com a participação de partidos de esquerda na aliança vitoriosa – Caldera apelou para remédios já conhecidos na tentativa de reerguer o país. Seu pacote econômico, anunciado em 1996, tinha a meta de conter a inflação, que alcançara 103% no ano anterior. Bastante semelhante ao *El Gran Viraje*, de Carlos Andrés Pérez, e também negociado com o FMI, o plano previa a privatização de empresas estatais, o aumento do preço de derivados do petróleo, a liberação das tarifas dos serviços públicos e das taxas de câmbio, o aumento dos juros e dos impostos, o fim do controle sobre o valor da maioria dos produtos da cesta básica, a criação de um fundo de ajuda ao sistema bancário, o início do debate sobre reformas no sistema previdenciário e um conjunto de programas sociais emergenciais e pontuais, voltados para os setores mais vulneráveis da população<sup>46</sup>. Outra marca do governo Caldera seria o aprofundamento da chamada *Apertura Petrolera*, iniciada em 1989. O plano resultou na concessão da exploração do produto a várias empresas estrangeiras, o que reduziu os lucros com o petróleo auferidos pelo Estado. Na prática, passava-se a obedecer mais à estratégia de aumento da produção – justificada pelo objetivo de ampliar a participação no mercado internacional – e afastava-se, assim, do controle executado pela Opep, o que contribuía para a queda do preço do barril no mercado internacional, acentuada a partir de 1997.

O resultado inevitável desses sucessivos pacotes foi o agravamento da crise social venezuelana. Às vésperas das eleições presidenciais de 1998, o fracasso do governo Caldera era incontestável: em novembro, uma pesquisa indicava que 74% dos entrevistados consideravam sua gestão ruim ou péssima<sup>47</sup>. Outros números justificavam essa impopularidade: a inflação acumulada de seu governo chegava a 800%; em junho de 1997, 44,76% dos lares venezuelanos viviam em situação de pobreza e 18,89% em pobreza extrema; o desemprego durante seu mandato se manteve em torno da média de 10%; a mortalidade por desnutrição havia dobrado, chegando a 993 a cada 100 mil habitantes; 70% dos estudantes que ingressavam na educação primária não chegavam a concluir a nona série; a taxa de mortalidade infantil era 2,5 vezes mais alta entre os mais pobres do que a média nacional; havia uma diferença de 12 anos entre a expectativa de vida do setor de mais baixa renda e a do estrato mais rico; e 30% da população não tinham acesso a serviços de saúde<sup>48</sup>.

Reunidos, esses dados resumem o que ocorreu com o frágil *welfare* venezuelano no final do século passado: um acelerado processo de “desmanche”. Essa expressão – sugerida por Roberto Schwarz para sintetizar os efeitos do neoliberalismo no Brasil<sup>49</sup> – parece adequada também para aquele caso, pois lá, como cá, esse processo foi além da redução de programas sociais, os quais, por sua vez, nunca tiveram a abrangência necessária. O “desmanche” consistiu, também, no ataque à organização da classe trabalhadora que, no caso venezuelano, dependia sobremaneira de atividades econômicas ligadas ao Estado, como a exploração do petróleo. Enfraquecidos, os trabalhadores viram suas formas tradicionais de representação postas em xeque: a CTV, maior central sindical do país, pagou o preço por seu alinhamento à falida democracia de *Punto Fijo*. Diante de sua queda, nenhuma nova organização surgiu com capacidade de pautar uma alternativa política, o que refletia, também, a fraqueza da esquerda no país. Havia, portanto, um enorme vazio.

Essa conjuntura deve ser o ponto de partida fundamental para aqueles que pretendem entender a ascensão de Hugo Chávez e seu movimento bolivariano na Venezuela. Embora apresentasse um programa pouco definido quando apareceu na política nacional e revelasse muitas contradições em sua formação, esse movimento oferecia uma dura crítica à agenda neoliberal aplicada à Venezuela:

A AAB, Agenda Alternativa Bolivariana, rompe com o fundamento neoliberal, se revela contra ele; derruba os estreitos e negros muros da visão unilateral, fragmentária e reducionista, para olhar em redor e perceber a realidade em toda sua magnitude, através de um enfoque humanístico, integral, holístico e ecológico<sup>50</sup>.

Com esse mote, os bolivarianos avançaram das duas tentativas fracassadas de golpe militar – ocorridas em 1992, quando ainda contavam com escassos contatos civis – para uma expressiva vitória nas eleições presidenciais de 1998. Muitos dos diversos desafios que a chamada Revolução Bolivariana enfrenta a partir daí também remetem à crise que a sociedade venezuelana atravessou no final do século XX. Portanto, embora este artigo não os tome como objeto, espera-se que contribua para o importante debate que eles exigem.

## RESUMO

---

Desde 1999, quando Hugo Chávez chegou à presidência da Venezuela, o debate sobre a chamada Revolução Bolivariana tem ocupado um espaço cada vez maior na agenda de órgãos de imprensa, organizações políticas e cientistas sociais de todo o mundo. Bastante polêmico, o tema não pode ser compreendido

desvinculado da história recente da democracia venezuelana, marcada por um momento de grande estabilidade, nos anos 1970, e pela grave crise que a afetou nas décadas seguintes. Neste artigo analiso as principais características sociais e econômicas desse processo, cujo resultado foi a complexa conjuntura à qual o movimento bolivariano buscou dar resposta.

## PALAVRAS-CHAVE

Venezuela: aspectos políticos; democracia; petróleo; crises.

## ABSTRACT

Since 1999, when Hugo Chavez became president of Venezuela, the debate on what is known as the Bolivarian Revolution is acquiring an increasingly higher importance on the agenda of press agencies, political organizations and social scientists from around the world. Quite controversial, the issue can not be understood disassociated from the recent history of Venezuelan democracy, marked by a moment of great stability in the 1970s, and severe crisis that affected it during the following decades. This article analyzes the main social and economic aspects of this process, which resulted on the complex conjuncture that caused a response by the bolivarian movement.

## KEYWORDS

Venezuela: political aspects; democracy; petroleum; crisis.

## NOTAS

<sup>1</sup> Este artigo apresenta parte dos resultados obtidos em pesquisa de mestrado intitulada *Do consenso ao dissenso: O Movimento Bolivariano e o ressurgimento da política na Venezuela*, realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Unicamp, entre 2008 e 2010, e financiada pelo CNPq.

<sup>2</sup> Mestre em Sociologia pelo IFCH/Unicamp e doutorando em Sociologia pela mesma instituição. Autor de *Hugo Chávez em seu labirinto: O Movimento Bolivariano e a política na Venezuela*. São Paulo: Alameda, 2012. Contato do autor: flavio85@gmail.com.

<sup>3</sup> Sobre a relação entre Estado e petróleo na Venezuela, ver CORONIL, Fernando. *The magical State: Nature, money and modernity in Venezuela*. Chicago: University of Chicago Press, 1997.

<sup>4</sup> Sobre o período, ver PLAZA, Elena. *El 23 de enero de 1958 y el proceso de consolidación de la democracia representativa en Venezuela*. Caracas: UCV, 1999.

<sup>5</sup> CORONIL, F. *Op. cit.*, p. 238.

<sup>6</sup> Sobre os partidos de esquerda venezuelanos no período, ver LÓPEZ MAYA, Margarita. *Del Viernes Negro al Referendo Revocatorio*. Caracas: Alfadil, 2006.

<sup>7</sup> Ver MARINGONI, Gilberto. *A Venezuela que se inventa*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 106.

<sup>8</sup> Apud LÓPEZ MAYA, M. *Op. cit.*, p. 23.

<sup>9</sup> ROMERO, Anibal. *La miseria del populismo. Mitos y realidades de la democracia en Venezuela*. Caracas: Ediciones Centauro, 1987.

<sup>10</sup> Ver SONNTAG, Heinz R.; MAINGON, Thaís. *La reforma del Estado en Venezuela: Entre la tecnocracia y la democracia*. Caracas: Cendes/UCV: mimeo, s.d., p. 11.

<sup>11</sup> Carlos Andrés Pérez, que seria eleito novamente presidente em 1988, representava a ala da AD mais aberta aos tecnocratas, que acabaram ganhando cargos no novo governo e irritando membros do partido adeptos de uma linha mais “política”. Esse distanciamento entre Pérez e seu partido começou no final de seu primeiro mandato, em 1978, quando foi acusado de corrupção e punido pela AD. Ao longo dos anos 1980, Pérez se manteve na política graças ao apoio de empresários influentes. Sobre a trajetória de Pérez, ver CORONIL, F. *Op. cit.*, p. 372. Sobre a tendência tecnocrata na política venezuelana, ver LANDER, Edgardo. “Los aprendices de brujo: Retos tecnocráticos a la política venezolana”. *Nueva Sociedad*, n. 121, set.-out., 1992. Sobre a crise na AD, ver LEPAGE, Freddy. *En el nombre de la Revolución*. Caracas: Debate, 2006. Como ex-dirigente do partido, Lepage soube expressar de um ponto de vista interessante os efeitos da antipolítica na Venezuela.

<sup>12</sup> GRUPO RORAIMA. *Proposición al país – Proyecto Roraima – Plan de acción*. Caracas: Instituto Roraima, 1985, p. 7-8, grifos nossos.

<sup>13</sup> Entrevista realizada em Caracas, em 6.3.2009.

<sup>14</sup> Para uma breve análise dos programas econômicos anunciados nos anos 1980 e 1990, ver LÓPEZ MAYA, M. *Op. cit.*, p. 21-31. Uma análise mais detalhada dos impactos desses programas encontra-se em LANDER, Edgardo. *Neoliberalismo, sociedad civil y democracia. Ensayos sobre América Latina y Venezuela*. Caracas: UCV, 2006, cap. III. No mesmo livro há uma descrição das mudanças culturais e políticas (cap. V). A “persistência do mito” do progresso nos anos 1980 é analisada por CORONIL, F. *Op. cit.*, p. 370-371.

<sup>15</sup> CAMDESSUS, Michael. “Estrategia del Fondo frente a la deuda latinoamericana: Impulsar el crecimiento y facilitar el servicio de la deuda”. *Boletín del FMI*, 23 de maio de 1988, grifo no original.

<sup>16</sup> PÉREZ, Carlos Andrés. “El Presidente habla a la nación”. *Cuadernos del Cendes*, n. 10, jan.-abr., 1989.

<sup>17</sup> “Carta de Intención al FMI”. In: BIARDEAU, Javier. “Dossier”. *Cuadernos del Cendes*, n. 10, jan.-abr., 1989, p. 142.

<sup>18</sup> *Ibid.*, p. 146, grifo nosso.

<sup>19</sup> Entrevista realizada em Caracas, em 20.3.2009.

<sup>20</sup> Essa farinha é a matéria-prima essencial para a produção da *arepa*, alimento mais consumido no país, equivalente ao nosso pão-francês.

<sup>21</sup> “Compras nerbiosas en Quinta Crespo”. *El Nacional*, 22.2.1989, p. A1.

<sup>22</sup> “Cinco horas para comprar dos potes de leche popular”. *El Nacional*, 27.2.1989, p. D8.

<sup>23</sup> Além de textos retirados de jornais e de entrevistas, reproduzo neste trecho relatos tomados de várias fontes com o intuito de reconstruir os fatos, sobretudo: BIARDE-AU, J. *Op. cit.*; GREGORIO TERÁN, José. “Los discursos sobre el 27 de Febrero”. *SIC – Centro Gumilla*, ano LII, n. 514, maio de 1989; IZARD, Miquel. *El poder, la mentira y la muerte – De El Amparo al Caracazo*. Caracas: Fondo Editorial Tropykos, 1991; LÓPEZ MAYA, M. *Op. cit.*, p. 61-84; MARINGONI, G. *Op. cit.*, p. 109-116; PROVEA. “Consecuencias del 27 de Febrero: Los derechos humanos”. *SIC – Centro Gumilla*, ano LIII, n. 522, março de 1990; SOSA A., Arturo. “‘Crisis’ de los valores o triunfo de la ideología”. *SIC – Centro Gumilla*, ano LII, n. 514, maio de 1989.

<sup>24</sup> “Saques y barricadas en toda la ciudad”. *El Nacional*, 28.2.1989, p. D1, grifo nosso.

<sup>25</sup> “Suspendidas las garantías”. *El Diario de Caracas*, 1.3.1989, p. A1.

<sup>26</sup> “Beirut en Caracas”. *El Nacional*, 1.3.1989, p. D6.

<sup>27</sup> A *Ley de Vagos y Maleantes*, então ainda em vigor, autorizava a prisão de pessoas consideradas ameaças à sociedade, ainda que contra elas não existissem provas de algum delito. Amparado nessa lei, acredita-se que o Estado tenha detido e torturado muitas pessoas, inclusive após o *Caracazo*, com a intenção de encontrar culpados pela agitação popular.

<sup>28</sup> “200 muertos y mil heridos en tres días de disturbios”. *El Nacional*, 2.3.1989, p. A1.

<sup>29</sup> “Noche de terror en el 23 de Enero”. *El Nacional*, 3.3.1989, p. D3.

<sup>30</sup> “CAP: Delincuencia y subversión distorsionaron la protesta popular”. *El Nacional*, 3.3.1989, p. D1.

<sup>31</sup> IZARD, M. *Op. cit.*, p. 76.

<sup>32</sup> CORONIL, F. *Op. cit.*, p. 377.

<sup>33</sup> LÓPEZ MAYA, M. *Op. cit.*, p. 76.

<sup>34</sup> “Pérez: Fue una acción de pobres contra ricos”. *El Nacional*, 4.3.1989, p. A1.

<sup>35</sup> “CAP: Fue una protesta contra la especulación”. *El Nacional*, 6.3.1989, p. A1.

<sup>36</sup> “El FMI lamenta los disturbios”. *El Nacional*, 4.3.1989, p. A1.

<sup>37</sup> “La marginalidad de otros países alteró la conducta de los venezolanos”. *El Nacional*, 5.3.1989, p. D6.

<sup>38</sup> “CAP envió carta al presidente del FMI”. *El Diario de Caracas*, 5.3.1989, p. 2.

<sup>39</sup> LÓPEZ MAYA, M. *Op. cit.*, p. 82-84.

<sup>40</sup> Entrevista realizada em Caracas, em 5.2.2009.

<sup>41</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 60. Segundo o autor italiano, numa crise orgânica a ruptura na representação entre partidos e classes ou frações de classe alcança diversas instituições estatais, mas não se restringe a elas: cria agitações também no âmbito da sociedade civil. Seu conteúdo é a “crise de hegemonia da classe dirigente”, que pode ser agravada pela coexistência de uma crise econômica. Esse cenário pode inibir soluções orgânicas, ou seja, forjadas nos limites impostos pela ordem. O resultado eventual é a emergência de uma liderança carismática.

<sup>42</sup> Esse adjetivo, que se tornou popular graças ao movimento bolivariano, liderado por Hugo Chávez, é atribuído ao sistema político iniciado em 1830, quando a Venezuela se separou da Grande Colômbia. Para os bolivarianos, teve início ali um regime oligárquico e excludente, cujo epílogo é representado pela democracia de *Punto Fijo*. Embora muitos analistas discordem dessa classificação, acabam obrigados a utilizá-la graças à sua ampla difusão.

<sup>43</sup> SIC. “Orden establecido versus democracia”. *SIC – Centro Gumilla*, ano LII, n. 514, maio de 1989, p. 148.

<sup>44</sup> Entrevista realizada em Caracas, em 27.2.2009.

<sup>45</sup> Dados do Conselho Nacional Eleitoral da Venezuela.

<sup>46</sup> LÓPEZ MAYA, Margarita. *Del Viernes Negro al Referendo Revocatorio*. Caracas: Alfadil, 2006, p. 29.

<sup>47</sup> MARINGONI, G. *Op. cit.*, p. 161-162.

<sup>48</sup> LÓPEZ MAYA, M. *Op. cit.*, p. 215-216.

<sup>49</sup> A reflexão sobre esse termo inspirou pesquisas realizadas no Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic) da Universidade de São Paulo. Alguns resultados foram reunidos em OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba (Orgs.). *A Era da Indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007.

<sup>50</sup> CHÁVEZ, Hugo *et alii*. *Agenda Alternativa Bolivariana*. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación e Información, 2007 [1996], p. 12. Disponível em: <[www.minci.gob.ve/doc/folleto\\_agendabolivarina.pdf](http://www.minci.gob.ve/doc/folleto_agendabolivarina.pdf)>, acesso em: 28 de março de 2011.